

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
I PNRA, REFORMA AGRÁRIA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: controvérsias e consensos			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Pedro Cassiano Farias de Oliveira	Universidade Federal Fluminense/Centro Nacional de Pesquisa	UFF/CNPq	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O presente trabalho visa analisar a relação entre o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), lançado pelo governo Sarney (1985-1989), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Diante desse contexto o posicionamento da EMBRATER foi de “total engajamento” ao plano e apoio ao MST, estimulando um suposto processo educativo em torno da “família rural”. A contradição nesse processo está no fato do extensionismo rural ter sido uma política proveniente das agências da classe dominante agroindustriais com o objetivo de combater, nos anos 1950-60, a bandeira da reforma agrária. Nesse sentido, a trajetória da extensão rural e sua própria origem, sempre foram marcadas pela ausência de qualquer discussão em torno da propriedade da terra e da estrutura agrária desigual, possuindo o discurso monocórdico do “aumento da produtividade pela educação e difusão de técnicas e tecnologias”.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Extensão Rural – I PNRA - Hegemonia			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>This study aims to analyze the relationship between the first National Agrarian Reform Program (PNRA I), launched by the government Sarney (1985-1989), the Brazilian Technical Assistance and Rural Extension (EMBRATER) and the Workers Landless Movement (MST). In this context the position of EMBRATER was "total commitment" to the plan and support for the MST, stimulating a supposed educational process around the "rural family". The contradiction in this process is the fact that the rural extensionism have been a policy from the agencies of the ruling class agribusiness with the aim of fighting, in the years 1950-60, the banner of land reform. In this sense, the trajectory of the extension and its own origin, have always been marked by the absence of any discussion of land ownership and the unequal agrarian structure, possessing the monotone speech "increased productivity through education and dissemination of techniques and technologies".</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Extension Rural – I PNRA - Hegemony			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, Classes, Luta de Classe			

I PNRA, REFORMA AGRÁRIA E EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: CONTROVÉRSIAS E CONSENSOS

Pedro Cassiano Farias de Oliveira

Introdução

O trabalho é decorrente da minha pesquisa de doutoramento intitulada “Extensão rural no Brasil: o caso EMBRATER (1974-1990)” que encontra-se em andamento. Portanto, as conclusões e considerações aqui feitas fazem parte do processo de investigação e análise e, por isso, ainda são passíveis de serem revistas. Dessa forma, gostaríamos de ressaltar três coisas: a primeira é que um dos elementos diferenciais do trabalho, e da própria pesquisa realizada, é seu arcabouço teórico marxista, sobretudo centrada na categoria de Estado integral ou ampliado, formuladas pelo marxista italiano Antonio Gramsci (2011; 2011b; 2001). Para ser mais preciso, a questão da hegemonia, mesmo que não tenha sido desenvolvida de maneira esquemática tal como outros temas como intelectuais e senso comum, talvez seja a principal contribuição de Gramsci para a análise sobre política e poder¹, pois a luta pela hegemonia perpassa toda sua obra no Cárcere.

Partindo dessa consideração teórica a segunda questão que deve ser ressaltada aqui é sobre a metodologia. A pesquisa documental possui uma armadilha que, muitas vezes, pode pegar muitos pesquisadores das ciências humanas experientes e inexperientes: a reprodução do discurso contido nas fontes. Para tentarmos escapar de tal cilada um arcabouço teórico funcionando como uma espécie de “bússola” para orientar a leitura, assim como o entrecruzamento de fontes e da bibliografia existente sobre o tema com o contexto histórico pode ajudar numa perspectiva crítica. É claro que existem outros métodos – isso não é nenhuma receita e muito menos um manual exato – mas creio que o olhar crítico comumente discursado, mas raramente praticado, no meio acadêmico marxista e não marxista, não pode ser feito muito longe de tais premissas. Assim, não é somente a intenção da pesquisa, e também desse trabalho, contar a fatos sobre a política de extensão rural no Brasil, mas acima de tudo entender a correlação de forças existente intra e entre as classes e suas frações de classe dominante e dominadas no campo brasileiro. Para tal desafio nos baseamos nos caminhos percorridos nos estudos sobre as frações da classe dominante agrárias no Brasil Republicano de Sonia Regina de Mendonça (1997; 2002; 2010a; 2010b; 2010c).

¹ Uma introdução de seu pensamento e vida no Brasil podem ser obtidos através das obras de Carlos Nelson Coutinho (2007), Virgínia Fontes (2010).

Uma terceira e última consideração, que talvez frustre alguns leitores desavisados, é que apesar do discurso extensionista basear-se numa retórica de “política educacional” – defendida inclusive por alguns estudiosos sobre o tema – rechaçamos essa premissa frente ao olhar crítico e dialético que impomos as fontes, pois entendermos tal como Poulantzas afirma:

[...] o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. (Poulantzas, 2000, p. 29).

Isso quer dizer que mesmo que a política de extensão rural tenha-se voltado para os segmentos dos pequenos produtores não significa que ela possuía, e possua, uma demanda dos “dominados”, muito menos uma origem popular. Logo, o conteúdo educativo, ou melhor, algumas práticas educativas que a política de extensão rural lançou mão em sua trajetória está longe de ser uma pedagogia libertadora, tal como entendemos que deva ser qualquer tipo de educação transformadora. Paulo Freire em seu livro *Extensão ou comunicação* (1985) coloca em “xeque” a natureza opressora presente no projeto extensionista ao autodenominar-se de “educativa”. Para o autor, o extensionista somente transmite certo saber estranho ao educando que ao receber esse aprendizado se torna objeto da experiência educativa e não um dos sujeitos numa relação pedagógica, assim, “[...] *aquele que é ‘enchido’ por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.*” (Idem, p. 16).

Assim, seu projeto educativo não possuía o objetivo de libertar, ou mesmo construir uma dada consciência de classe organizadora e libertadora, mas sim de reafirmar a dominação e manter a exploração submetida pela própria estrutura social vigente. Não podemos perder de vista que a extensão rural no Brasil possui uma origem ligada a doutrina norte-americana no Brasil no pós-guerra (1948) e teve total apoio das entidades patronais em quase toda sua existência pretérita (Mendonça, 2010b; Oliveira, 2013), conforme veremos a seguir.

Ditadura empresarial/civil/militar: controvérsias silenciadas

O golpe civil/empresarial/militar de primeiro de abril de 1964 interrompeu o desenvolvimento das organizações dos trabalhadores rurais e a possibilidade da concretização de projetos políticos de cunho reformista, incluindo a discussão sobre a reforma agrária. O golpe teve apoio das agências da classe dominante agroindustrial. Em contrapartida, houve intensa repressão às organizações dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), além do controle dos sindicatos rurais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), criada por João Goulart através do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, logo após o golpe de 64, sofreu intervenção, pois suas lideranças eram vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Ação Popular (AP)². Antes de avançarmos, porém, devemos nos deter a análise do Estatuto da Terra, lançado no primeiro governo militar estabelecido após o golpe, pois o estatuto estabeleceu os alicerces das diretrizes da política agrícola e agrária do Brasil nas décadas seguintes.

José Paulo Netto afirma que o primeiro governo militar do general Castelo Branco (1964-1968) foi marcado por um ciclo de continuidades e rupturas, em relação ao passado (Netto, op. cit., p. 89). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que ocorria a repressão aos movimentos sociais, cassação dos direitos políticos de diversos deputados e senadores opositores do regime, o presidente militar Castelo Branco criou o Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra (GRET) para elaborar uma lei que respondesse às demandas reformistas.

A notícia promulgação do Estatuto não foi bem recebida pelas agremiações patronais rurais que criticaram o projeto e interferiram em sua elaboração. Na confecção do Estatuto, deliberadamente, ocorreram diversas reformulações do texto que, deliberadamente, o esvaziaram de quase todos os seus traços “reformistas”. Sua versão final, publicada em novembro de 1964, representou diversos “recuos”, mas imprimiu também alguns avanços segundo a bibliografia especializada (Bruno, 1995; Leite e Palmeira, 1998; Mendonça, 2010c).

Podemos, contudo, afirmar que o Estatuto da Terra consagrou a “produtividade” como eixo do desenvolvimento rural, implicando na eleição da improdutividade como fator de “atraso” e desigualdade no campo. Isso pode ser considerado um grande retrocesso nas discussões sobre a

2

Organização de esquerda cristã da Juventude Universitária Católica (JUC), muito atuante nos movimentos sociais no Brasil nesse período. Para mais detalhes sobre esse período ver Ramos, 2011.

questão agrária no Brasil, ao mesmo tempo em que consagrava a vitória da classe dominante agroindustrial no país.

[O estatuto] estabelece medidas que aumentam o controle do governo central sobre a estrutura fundiária, impondo o imposto territorial, o cadastramento rural, fixando as normas de utilização das terras públicas e o direito de expropriação de terras privadas contra pagamento em bonos do governo e, finalmente, de cooperativismo e promoção da modernização do campo (Sorj, 1981, p. 23)

A ação extensionista não foi inaugurada com o Estatuto da Terra nem teve suas diretrizes abaladas com o referido estatuto. A propagação da difusão de técnicas e tecnologia agropecuária através de uma metodologia supostamente educativa convergia com o produtivismo que marcaria a década de 1970 e a conhecida “modernização da agricultura” que ocorreria nesse período.

Longe de ser um consenso na historiografia sobre o assunto³, assumimos que o foi a partir de 1948 com o acordo firmado entre a *American International Association* (AIA) de Nelson Rockefeller e o governo de Minas Gerais para a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) que houve o início da política de extensionismo rural no Brasil. Em 1956, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) para coordenar as associações estaduais que já haviam se espalhado pelo país⁴. A primeira observação sobre esse fato é evidente no nome da instituição: “crédito e assistência rural”. O vínculo estabelecido entre a concessão de crédito e a prática assistencialista é uma marca no extensionismo rural brasileiro durante a década de 1950. Uma segunda observação é que o extensionismo nasceu direcionado para os pequenos produtores do interior do país. O discurso extensionista propunha uma difusão de tecnologia e técnicas agrícolas para “elevar” a produtividade agrícola daqueles que se encontravam à margem do acesso a modernas técnicas de produção

3

Angelo Callou, afirma que a “verdadeira” extensão rural educativa teve início no Brasil na década de 1930 através da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa baseado nas “Escolas Superiores de Agricultura” (*Lands Grand College*) dos Estados Unidos (Callou, 2006). Seja como for, o extensionismo como política de Estado só ocorreu a partir de 1948.

⁴ Após a criação da ACAR em Minas Gerais foi estabelecida em 1955 a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) que tinha sede em Recife, mas atuava também nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse mesmo ano, em parceria com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) é criado o “projeto-ETA 16”, que passaria a ser chamada de Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) atuando no Rio Grande do Sul. Em 1956 surgiriam a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). (Oliveira, 2013, p. 97).

agropecuárias. Logo, a compra de terras não era levada em consideração: “4. *Mudança de atitudes – ou no que o povo sente: uma atitude diferente em relação ao emprego de parte da renda da propriedade, como por exemplo, ao invés de adquirir mais terras, aumentar o conforto da família.*”. (ABCAR, 1962, p.11, grifos nossos)

Ora, não é difícil perceber que ser contra o aumento da propriedade num país em que a estrutura agrária é extremamente desigual e que a questão sobre a reforma agrária estava no bojo da discussão política dos trabalhadores rurais⁵ não é saber o que o “povo sente”, mas dizer o que ele quer. Em outras palavras, o trecho acima é claro em demonstrar os valores e princípios extensionistas: conforto em lugar de terra, o consenso ao invés do conflito. Assim, evidenciamos que a política de extensão rural pode ser considerada como uma política alternativa à política de reforma agrária demandada pelas organizações dos trabalhadores e produtores rurais que se seguiram naquele período.

Se comprovadamente não era uma demanda das classes dominadas do campo brasileiro, de onde partiu essa política extensionista? A análise do quadro dirigente da ABCAR nos revela a representação de entidades da classe patronal. O presidente da ABCAR de 1956 a 1973 foi João Napoleão Andrade. Mineiro, vinha de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Desse modo, ele passou boa parte de sua vida em território americano, tendo excelentes relações tanto na esfera privada, quanto na esfera pública (Ribeiro, 2000, p. 101). Amigo íntimo de Juscelino Kubistchek se reunia diretamente com o presidente e promovia encontros entre ele e Rockefeller. (Colby&Dennett, 1998, p.290) Ao mesmo tempo em que foi presidente da associação, foi diretor técnico da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) no ano de 1963 (Ramos, 2011, p. 249) deixando entrever que grupos de interesse patronais encontravam-se representados no âmbito da ABCAR.

De modo semelhante, Ewaldo Saramago Pinheiro fora vice presidente da ABCAR no em toda a sua existência. Fluminense, Pinheiro era pecuarista, presidente da ACAR-RJ. Foi presidente da Federação as Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (FARERJ) e, nos anos 60, também integrou a diretoria técnica da CNA. Além disso, teve ativa participação no âmbito da política

⁵ Para uma apreciação sobre as discussões sobre reforma agrária nesse período ver Camargo, 1986 e Stédile 2006.

partidária, pois, ainda nessa década, foi deputado estadual no Rio de Janeiro pela União Democrática Nacional (UDN) – da qual também foi fundador da seção desse partido no Rio de Janeiro. A UDN foi o partido que concentrou a ala mais conservadora e liberal da sociedade e que, através de Jânio Quadros, venceu as eleições presidenciais em 1961. Foi no período da Não é a toa que A ABCAR tenha sido elevada ao *status* de “entidade de utilidade pública”, o que lhe garantia diversos benefícios fiscais e maior captação de recursos do governo federal (Lopes, s.d., p. 3). Assim, o extensionismo rural no Brasil foi dirigido por legítimos representantes do patronato rural brasileiro, confirmando, portanto, sua ligação com os projetos hegemônicos das frações da classe dominante agroindustrial ligadas à CNA.

II PND e a EMBRATER: mudanças de paradigmas (1974-1979)

É consenso entre a historiografia sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) que nesse período iniciou-se uma série de controle dos gastos públicos e arrocho salarial para conter a crise econômica que se abateu no país face ao esgotamento da política econômica das décadas anteriores, sobretudo na gestão do presidente Juscelino Kubitschek. Contudo, em 1968, eclodiu o suposto milagre brasileiro que “[...] *nada mais significou senão a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras.*” (Fontes e Mendonça, 1988, p. 22). Nesse momento, José Graziano da Silva afirma que ocorreu a chamada *modernização conservadora e dolorosa da agricultura*, que nada mais é do que uma intensificação do capitalismo no campo, integrando as cadeias produtivas com a indústria nas diversas fases produtivas. Assim, a agricultura deixou de ser mera fornecedora de matérias-primas e passaria também a demandar maquinarias, insumos químicos e produtos modificados geneticamente – que culminou na criação de Complexos Agroindustriais (CAIs) e na reestruturação produtiva. Para tal mudança, fora necessário uma soma de investimentos altíssimos subsidiados pelas linhas de crédito rural a juros negativos, sobretudo para os grandes produtores, para promover a integração da agropecuária na economia não somente como fornecedora de matérias primas, mas inclusive como consumidora de produtos industrializados, tornando-se verdadeiras “empresas rurais” especializadas (Silva, 1982, p. 47). Simultaneamente ocorreria uma expansão da fronteira agrícola que permitiu expandir a propriedade agrícola no Brasil sem a necessidade de redistribuir a propriedade agrária e, o que é pior, nas regiões Centro Sul do país, ocorreu uma “reconcentração” da propriedade uma vez que os pequenos proprietários dessas regiões não tiveram condições de investir nem mesmo de captar o montante do

crédito subsidiado oferecido pelo governo militar nesse momento. Mesmo assim, a pequena propriedade ainda tinha um papel importante: “[...] *de um lado, como fonte de trabalho excedente para o grande capital [...] e, de outro, como forma, pelo menos temporária, de solucionar alguns problemas, levantados pela própria expansão capitalista, como, por exemplo, reserva de mão-de-obra [sic] barata.*” (Idem, p. 67).

É nesse momento que a extensão rural tem uma mudança de direcionamento importante. Depois de uma avaliação nos anos 1960, ocorreu um alargamento do público-alvo, integrando médios e grandes produtores. “*Portanto, a noção de desenvolvimento das comunidades rurais e pesqueiras permanece, seja pela adoção de 'pacotes tecnológicos simplificados' para o desenvolvimento comunitário, seja pela adoção de 'pacotes tecnológicos' voltados a médios e grandes produtores rurais.*” (Callou, 2006, p. 9).

O serviço de extensão que desenvolve uma atividade fomentista⁶ está atendendo o agricultor, **não porque esteja preocupado com o bem-estar rural**, mas sim porque, estimulando a produção, poderá ensinar alimentos e fibras a preços relativos mais baratos aos consumidores e **ao mercado de exportação**. (ABCAR, 1973, p. 22)

A expressão “agricultor” sempre fora utilizada pelo extensionismo para descaracterizar tanto a denominação política de “camponês” que havia sido execrada no pós-1964, pois lembrava as Ligas Camponesas, quanto pelo fato de homogeneizar as categorias dos pequenos produtores rurais que existiam, tais como pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros, entre outros. Contudo, a contradição aqui se encontra em desqualificar a preocupação do “bem-estar rural”, anteriormente valorizado e a preocupação com a produção para o “mercado externo”, que nunca configurou como segmento dos pequenos produtores, das diversas modalidades existentes.

O quarto presidente general, Ernesto Geisel (1974-1979), lançaria o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) visando redirecionar a política econômica com ênfase no setor de bens de produção. Nesse momento o modelo de crescimento acelerado dava seus sinais de esgotamento. O II PND em relação a política agrícola tinha a meta de “produzir para exportar” maximizando a disponibilidade de divisas para o país. O plano inaugurou também, para o setor agropecuário, o

⁶ A expressão fomentista utilizada na documentação nada mais é do que difusão tecnológica tal como já demandava a modernização da agricultura nos anos 70.

discurso da “vocação do país como supridor mundial de alimentos e matérias-primas”, prevendo ajustar a balança de pagamento.

Nossa produção pode ser multiplicada várias vezes, porque temos um mercado interno. Fala-se que a nossa população é subnutrida e necessita de alimentos. Por outro lado, podemos exportar, e exportar muito, porque o mercado internacional também se apresenta com características de fome. (*O Globo*, 18/11/1975, p. 46).

Nesse momento, ao lado da pesquisa agropecuária e do crédito rural, o extensionismo fora elencado como uma das principais estratégias de ação para o aumento da produtividade no campo, baseadas no tripé *pesquisa-crédito-extensão*. Criou-se, em 1974, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) absorvendo o antigo Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA). No caso do crédito rural, foi ampliado o Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, e que durante os anos 70, financiou a modernização conservadora e dolorosa da agricultura do grande produtor (Silva, *op. cit.*).

Por fim, o II PND criou as bases para a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), ainda em 1974, extinguindo a ABCAR. A empresa seria alardeada como uma das “novas” estratégias para a modernização do campo, sobretudo na participação da produção de alimentos (EMBRATER, 1976, p. 10), porque:

[...] até há pouco tempo, enquanto o fator crédito merecia atenção do Governo, os outros dois [pesquisa e extensão] ocupavam planos secundários. [...] A promessa de mudanças está nas atividades que estão sendo desenvolvidas por duas empresas estatais que entraram em funcionamento recentemente: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Dos resultados que poderão ser obtidos por essas entidades depende o aumento da produtividade, **única alternativa para o desenvolvimento da agropecuária nacional**. (*O Globo*, 21/05/1975, p. 161, grifos nossos).

Na documentação oficial a EMBRATER denominava-se como “[...] *produtivista-humanista, com ênfase marcada na transferência de tecnologia, mas, ao mesmo tempo, com abertura para a ação social planejada*” (EMBRATER, *op. cit.*, p. 11). Tal como a ABCAR, a nova empresa

passaria a ser coordenadora do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), porém a essência do extensionismo seria totalmente alterada, ocorrendo o:

[...] **desaparecimento do binômio Crédito e Assistência Rural** substituído por outro – **Assistência Técnica e Extensão Rural**, implicando na substituição da figura da **associação** – que até então presidira o funcionamento do Sistema – pela da **empresa**. Ao mesmo tempo, embora o discurso veiculado através da Embrater continuasse afirmando justamente o contrário, a **família rural deixaria de ser o sujeito da ação Extensionista**, ocupando seu lugar os **produtos agropecuários**, bem ao sabor do modelo do Sistema de Pesquisa em geral, e da EMBRAPA, em particular [...] (Mendonça, 2010b, p. 71 e 72)

Assim, durante a década de 70, a EMBRATER agiria em duas frentes principais: difusão de alta tecnologia através do extensionismo rural privado⁷ direcionado para grandes e médios produtores e extensionismo público para os pequenos produtores. No caso das ações direcionadas para pequenos produtores a EMBRATER promoveria, individualmente ou aliada a outros órgãos estatais, projetos referentes a programas de aumento na produção de alimentos, sobretudo para a região Nordeste, historicamente marcada pelos mais altos índices de pobreza e desigualdade fundiária, seguindo a estratégia do II PND de desenvolver áreas geograficamente mais desprovidas do país (Lessa, 1998, pp.130-131). O convênio da EMBRATER com diversas superintendências de desenvolvimento criadas no período militar comprova tal assertiva:

Quadro I - Projetos de Assistência técnica e extensão rural realizados pela EMBRATER em convênios
– 1975-76

Nome do projeto	Atividade	Conveniados
POLOAMAZÔNIA	Promoção do Cooperativismo Assistência aos produtores	Superintendência da Borracha - SUDHEVEA

7

A extensão rural privada ainda é difícil de entender, pois era formada por empresas privadas, ou cooperativas que não tivessem vínculos com empresas de insumos agrícolas e maquinarias de acordo com as deliberações 002 de janeiro de 1976 e nº 036 de dezembro de 1978. Os extensionistas autônomos só foram incluídos no cadastramento da EMBRATER na deliberação nº 006 de abril de 1978 depois de uma demanda dos próprios engenheiros agrônomos.

Incentivo à produção e Borracha Vegetal	Assistência técnica na formação de seringais e recuperação de seringais nativos	SUDHEVEA
Projeto Nacional de Capacitação de mão-de-obra rural	Capacitação do coordenadores e extensionistas Treinamento de trabalhadores rurais	Ministério do Trabalho
Projeto de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira	Treinamento de extensionistas para o atendimento aos pescadores Assistência técnica aos pescadores Promoção da pesca artesanal Formação de cooperativas Crédito Rural	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)/PESCART Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC)
Programa Nacional de Cooperativismo (PRONACOOB)	Treinamento de Coordenadores de cooperativismo	INCRA BNCC Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Programa Nacional de Armazenamento (PRONAZEM)	Participação de extensionistas no Seminário da CIBRAZEM Treinamento de extensionistas pelo CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM)
Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em áreas rurais de baixa renda no Nordeste	Assistência social e técnica Treinamento de orientadores de saúde Formação de cooperativas Crédito Rural Pesquisa para estudo de referencial na área	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) UNICEF
Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO)	Florestamento e reflorestamento Experimentação e promoção agropecuária arroz, soja, milho	EMBRAPA

	<p>e pecuária</p> <p>Crédito Rural Orientado</p> <p>Apoio básico (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização)</p>	
Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS)	<p>Assistência Técnica e extensão rural específica para conservação de solos em oito estados</p> <p>Aperfeiçoamento de técnicos</p> <p>Promoção do PNCS</p> <p>Implantar 290 Unidades demonstrativas de conservação de solos</p>	Ministério da Agricultura

Fonte: EMBRATER. *Desempenho 1976-Perspectivas 1977*. Brasília, Embrater, 1976. EMBRATER. *Desempenho 1975*. Brasília, Embrater, 1975.

Se por um lado a participação da EMBRATER era ativa nas campanhas de desenvolvimento produtivistas, é latente a expressiva diminuição dos programas assistenciais executados pela empresa em comparação com a sua antecessora. Os projetos voltados para a saúde, como os mini-postos de saúde nos escritórios regionais; para a educação, como as parcerias com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ou mesmo cursos de economia doméstica foram retirados dos programas da EMBRATER que passaram a visar, exclusivamente, à produtividade “*deixando claro que, neste esforço conjunto, caberia à EMBRATER coordenar e executar as ações relacionadas à produção agropecuária, enquanto as ações sociais seriam cobertas por outras entidades, mediante acordos e convênios*” (Rodrigues, 1994, p. 203). Portanto, a bibliografia especializada no tema é unânime em caracterizar esse período como *produtivista*, voltado exclusivamente para os resultados econômicos de produção.

Nesse período, a extensão rural parece ter vivido a sua fase de orientação produtivista mais exacerbada contribuindo de forma decisiva para a modernização conservadora da agricultura, cujo traço mais característico foi a desigualdade,

colocando à margem do processo quase a totalidade dos pequenos agricultores que constituía a sua clientela preferencial (Idem, p. 176).

Redemocratização, reforma agrária e extensão rural na “Nova República” (1985-1989)

Os segmentos dos trabalhadores urbanos e rurais foram duramente penalizados na ditadura militar pelos planos econômicos que impetravam duras medidas de arrochos salariais, relações precarizadas de trabalho, sem contar com a expropriação dos pequenos proprietários que levava ao aumento da pobreza, do desemprego no campo e na cidade. Não é a toa que nesse momento: “[...] *pipocavam embates de trabalhadores rurais e lutas populares diversas, convivendo com o surgimento de novas reivindicações próprias de uma sociedade já amplamente urbanizada e dramaticamente desigual.* [...] (Fontes, *op. cit.*, p. 319).

Sabemos que no início dos anos 1980, o governo militar do presidente Figueiredo (1979-1985) detinha em mãos uma série de problemas econômicos, sem contar com as inúmeras manifestações de movimentos sociais a favor do retorno da democracia no país.

[...] as reivindicações democratizantes reapareceriam na década de 1970/80, com um perfil de requerimentos bem mais extenso e complexo e exigiriam um período mais longo e um processo mais tortuoso para a contenção. As mais significativas expressões nacionais dessa luta foram a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (Idem)

Antônio Delfin Netto, arquiteto do “milagre econômico” como Ministro da Fazenda no governo Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974) foi trazido de volta, primeiro como Ministro da Agricultura⁸ (1979) e depois como Ministro do Planejamento (1979-1985), mas não conseguiria refazer o milagre.

A redemocratização colocou-se eminente diante dos desgastes recorrentes do governo autoritário. Em 1982, com a eleição direta para cargos do legislativo e governadores do estado

8

Sonia Mendonça afirma que a nomeação de Delfin Netto para a Pasta da Agricultura foi bem recebida pela agremiação dos grandes produtores paulistas (Mendonça, 2010a, p. 58).

houve uma vitória esmagadora do único partido oficial de oposição consentida – o Movimento Brasileiro Democrático (MDB) – em função do partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) apontando para uma abertura política concretizada em 1985 com a vitória do primeiro presidente civil, Tancredo Neves – ainda pela eleição indireta. Contudo, Neves não chegou a tomar posse devido a seu falecimento trágico cabendo a seu vice, José Sarney, assumir a presidência.

Sarney pelo fato de ter sido ex presidente da ARENA, causou sério desconforto e insegurança diante da transição democrática para a suposta “Nova República”. Assim, as bases para o estabelecimento de um projeto político ainda não estavam claras e as demandas dos movimentos sociais ganharam força, “*talvez, exatamente por isso, o novo bloco no poder, ainda em desenho, tenha tentado empreender algumas iniciativas reformadoras, no sentido de capitalizar prestígio e, sobretudo, legitimidade.*” (Mendonça, 2010a, op. cit., p. 90).

Ao mesmo tempo, a revista *Extensão Rural* (ER), editada pela EMBRATER, veicularia na capa de sua primeira publicação, em 1985, a foto de um homem idoso apoiado numa enxada com o título “*A grande mudança: prioridade ao pequeno produtor*” (*Extensão Rural*, jan./fev. 1985, capa). No editorial, o presidente do órgão, Glauco Olinger, anunciaria vinte e duas teses para a solução da política agrícola. As teses apresentadas não continham novidades em relação às políticas já empreendidas: crédito rural, aumento da produtividade pela técnica, adaptações de tecnologias à realidade do campo brasileiro, etc. Contudo, a terceira tese indicava: “*apoiar a manutenção e a formação da propriedade familiar, através da **reforma agrária**, por ser esta a mais conveniente para o país, com base no princípio de que a terra deve pertencer a quem trabalha e dela viva.*” (Idem, p. 2, grifos nossos). Pela primeira vez no editorial deste periódico proferiu-se a expressão “reforma agrária”. Consideramos, portanto, que esse discurso, mesmo que ainda de modo tímido, evidenciava prenúncios das mudanças políticas que o país estava vivenciando, mais especificamente a retomada da defesa da reforma agrária.

Logo após sua posse, o presidente Sarney manteve a composição dos Ministérios escolhidos pelo presidente eleito Tancredo Neves. Dessa forma, na Pasta da Agricultura foi indicado Pedro Simon, político gaúcho e membro do MDB. Simon, por sua vez, demitiu diversos dirigentes de segundo escalão do Ministério, incluindo o presidente da EMBRATER Glauco Olinger. colocando em seu lugar o extensionista da ANCAR-Pernambuco Romeu Padilha de Figueiredo. A revista ER, publicou uma matéria sobre o novo presidente alegando que a escolha do Ministro foi, na verdade,

uma sujeição da eleição realizada pelos funcionários da própria empresa que compunham a Associação de Servidores da EMBRATER (Asser) que “democraticamente” o elegeram, com 83% dos votos (*Extensão Rural*, mar./abr./mai, 1985, p. 20).

Apesar de ter nascido no Rio Grande do Sul⁹, Padilha de Figueiredo fora criado em Pernambuco sendo importante extensionista de carreira no Nordeste. Foi também membro do grupo de trabalho de alfabetização de Paulo Freire, na Universidade do Recife. Padilha tinha ainda intimas ligações com as organizações da Igreja Católica, pois fora Coordenador do Movimento de Educação de Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), professor do Seminário Regional do Nordeste e do Mosteiro Beneditino de Olinda (PE). Essas informações trazem à luz a aproximação inédita entre extensão rural e a Igreja Católica que, apesar de ter apoiado o golpe de 64, mudou de posição a partir de 1973, passando a fazer oposição ao regime. Segundo Bernardo Fernandes (1996) a fundação das Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) foram importantes espaços socialização e organização política das populações rurais, posto que “*as comunidades deixam de ser apenas o lugar onde os fiéis iam à procura de paz para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas a respeito da vida.*” (Idem, p. 70).

Outra ação importante da Igreja foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que através da articulação com as paróquias e CEBs do interior do país publicaria relatórios sobre a violência no campo e participaria de diversas organizações de Conferências dos Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁰, e da CONTAG, contribuindo, assim, como importante caixa de ressonância da luta no meio rural.

Romeu Padilha também era, enquanto presidente da EMBRATER, membro da diretoria da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Seu fundador era ninguém menos que José

9

Estado na região Sul do país predomina a pequena propriedade e colonização europeia iniciada no final do século XIX.

10

Tanto o MST como a CUT configuravam-se nesse período como expoentes de uma nova representação dos segmentos dos trabalhadores rurais (MST) e sindicato de trabalhadores urbanos (CUT). Para mais informações ver: BOITO, Armando (org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991 e FERNANDES, Bernardo Mançano. MST formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

Gomes da Silva¹¹, figura expoente na defesa da reforma agrária no Brasil e que fora empossado por Sarney como presidente do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). A ABRA tornou-se a principal entidade da sociedade civil a lutar pela reforma agrária desde sua fundação em 1967, promovendo diversas ações e discussões sobre o tema e constituindo-se como apoiadora dos movimentos sociais no campo nesse período.

Dessa forma, vemos a indicação de Romeu Padilha à presidência da EMBRATER como um marco na postura da política da extensão rural distanciando-se dos projetos dos grandes proprietários da qual eram oriundos – para uma *aproximação* com os movimentos sociais no campo e suas entidades contra hegemônicas.

Já como presidente da EMBRATER, Romeu Padilha de Figueiredo concedeu entrevista ao jornal *Sem Terra* que era publicado pelo MST. nela, intitulada “*Toda assistência técnica à Reforma Agrária*” Figueiredo assegurava que a EMBRATER:

11

Nasceu em Ribeirão Preto/SP. Em 1964 formou-se em agronomia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo/USP, Em 1950 obteve o título de "*Master of Science*" pela University de Illinois, nos EUA e, em 1954, tornou-se “Doutor em Agronomia” pela Universidade de São Paulo/USP. A partir de 1963, participou de vários cursos internacionais sobre Reforma Agrária, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Foi bolsista da OEA e visitou projetos de Reforma Agrária em diversos países. Silva tem vastíssimo currículo no serviço público, que iniciou em 1959, como Diretor da Divisão de Assistência Técnica Especializada do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Em 1964, foi Presidente da Superintendência de Política Agrária/SUPRA e responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA. No ano seguinte, foi membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), instituído junto ao Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e assumiu a Coordenadoria do Grupo de Trabalho do Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária. Foi o idealizador e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, em 1967, foi seu Diretor-Executivo e Presidente reeleito por diversas gestões. Foi ainda Consultor da FAO/IICA nos Estudos do Comitê Especial da FAO sobre Reforma Agrária em Roma, na Itália. Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na preparação de informe sobre "Capacitação de Camponeses para a Reforma Agrária e Colonização" em 1972 e Consultor da FAO em 1975 na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional na preparação do estudo: "Novas Formas da Organização da Produção Agrícola" em Berlin, na República Federal da Alemanha. Como empresário, José Gomes da Silva exerceu o cargo de Diretor da Cooperativa Agrícola de Pirassununga e da Cooperativa Agropecuária de Campinas. Em 1983, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Em 1984, como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Energia, ficou encarregado dos programas de biomassa, especialmente do Proálcool e suas implicações fundiárias. Convidado pelo Presidente eleito Tancredo Neves, assumiu em 1985, no governo Sarney, a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA e coordenou a equipe que elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República-PNRA. Em 1990, foi coordenador da área de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo da Frente Brasil Popular. <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2010/12/nasceu-em-ribeirao-preto-sp.html> acessado em 12 de abril de 2015.

Já tem experiência na extensão rural com trabalhos de formas coletivas – cooperativa, uso comum da terra – que poderão ser aperfeiçoados e ampliados. É filosofia da extensão rural na ‘Nova República’ respeitar os valores, desejos e tradição dos agricultores. (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14)

Nesse momento a discussão acerca do I PNRA ainda estava sendo feita e por isso, Romeu Padilha foi cauteloso em não dar opinião que pudesse comprometê-lo, como já havia feito anteriormente¹²:

A proposta do governo prevê a desapropriação do latifúndio ocioso, quando objeto de especulação. Não sei, depois de discussão da sociedade, como ficará – se vai utilizar também terras ociosas do governo, do latifúndio improdutivo. E quem tem medo são os que especulam com as terras e não produzem. Esses serão prejudicados, a curto prazo pelo menos, com a Reforma Agrária (Idem)

Sua postura seria defendida igualmente na revista da EMBRATER, em editorial escrito por ele:

Total engajamento no Plano Nacional de Reforma Agrária, [...] o Sistema Embrater sugere, para o atual Governo, as diretrizes que se seguem: **Reforma Agrária** – participação no processo de discussão e análise dos Planos de Reforma Agrária, bem como na seleção, organização, treinamento e assessoramento técnico dos assentados e de suas associações. (*Extensão Rural*, mar/abr/maio, 1985, p. 2)

Contudo, foi no IV Congresso da CONTAG, em maio de 1985, que o presidente Sarney apresentou a proposta do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), cuja elaboração ficou a cargo de José Gomes da Silva. O anúncio do plano no congresso dos trabalhadores foi visto como uma “afrenta” pelos grandes proprietários (Mendonça, 2010a). Assim, de março, quando o projeto começou a ser elaborado, até outubro, quando de fato o I PNRA fora promulgado, ocorreram diversas manifestações tanto dos movimentos sociais quanto das entidades patronais. As principais agremiações dos grandes proprietários e empresários rurais realizaram, logo em julho, o I Congresso

12

“Há poucos dias Romeu foi repreendido pelo presidente José Sarney, por suas declarações contra o latifúndio. A direita alardeou a sua queda, mas ele segue na presidência da EMBRATER.” (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14)

dos Proprietários de Terras. Nas palavras do próprio presidente da Sociedade Rural Brasileira¹³ (SRB), Flávio Menezes:

Esse congresso foi fundamental. [...] se alguém não te puser no Jornal Nacional¹⁴ você morre anônimo. Você não existe, é invisível. [...] E nós conseguimos isso, naquele dia, naquela reunião, naqueles dois dias. A partir daí, o governo percebeu que a reação no Plano era muito forte, que era preciso dialogar, conversar, reelaborar e, se fosse o caso, rever tudo o que foi feito (Carvalho e Bruno, 2009, p. 51)

Mesmo assim, o Plano fora “vendido” como uma resposta direta do novo governo às demandas sociais do campo, sobretudo pela ação de ocupação de terras por famílias expropriadas lideradas pelo (MST) que passaria a realizar diversas invasões de terras consideradas improdutivas.

Contudo, o Plano foi diversas vezes revisado e o texto aprovado se distanciaria muito da essência progressista contida no plano original. O resgate do Estatuto da Terra marcaria as diretrizes do I PNRA, pois “[...] *visa[va] a atingir os objetivos e metas definidos neste documento a partir da observância dos preceitos constitucionais e da aplicação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).*” (I PNRA, 1985, p. 6). Mesmo assim, o plano previa o assentamento, no período de quatro anos, de 1,4 milhão de famílias em todos os estados do país.

Segundo o I PNRA, os assentamentos poderiam ser organizados de forma coletiva ou individual de acordo com a preferência dos assentados. (Idem, p. 28). A implementação do I PNRA ocorreria de forma lenta e irregular. Os projetos de assentamentos executados, preocupavam-se mais em resolver situações de conflitos imediatos do que realmente lidar com a questão agrária no país, ou mesmo promover o potencial produtivo da pequena propriedade de longo prazo. Essa ineficácia da execução do PNRA pode ser atrelada a dura oposição que sofrera das agremiações dos empresários rurais na sociedade civil, sobretudo a SRB. Sonia Mendonça afirma que a estratégia da

13

Sonia Mendonça ressalta que a SRB foi uma influente agremiação, fundada em 1919 para fazer frente à SNA. A SRB detinha como sócios apenas grandes proprietários paulistas incluindo também empresas, sobretudo de beneficiamento de alimentos como frigoríficos.

14

Programa jornalístico da Rede Globo de televisão que possui, até o momento, a maior audiência do horário nobre na tv brasileira.

SRB era a desqualificação do plano e a defesa de uma reforma agrícola antes de se pensar em qualquer tipo de reforma agrária. Tal como Mendonça, Regina Bruno e Abdias Carvalho ressaltam que a SRB detinha o discurso de defesa da “primazia” da política agrícola sobre a política agrária. (Carvalho e Bruno, op. cit., p. 47). Todavia, o mais interessante nesse processo é a defesa, nesse momento, do Estatuto da Terra pelos grandes proprietários e empresários rurais que se opuseram duramente no momento de sua promulgação em 1964.

Um dos argumentos de Flávio Menezes (presidente da SRB) é o de que o I PNRA, ao criar um setor reformado, estaria extrapolando os preceitos legalmente estabelecidos do Estatuto da Terra: “Eu acho que aplicar o Estatuto da Terra era uma coisa. Mas estavam extrapolando o Estatuto da Terra, ao criar o setor reformador e tudo. Isso não está no Estatuto da Terra”, diz. (Idem, p. 49)

Voltando a questão do extensionismo, vemos que I PNRA previa a assistência técnica como um importante “programa de apoio” aos assentados:

As instituições integrantes do Sistema EMBRATER, serão atribuídas **funções relevantes** no processo de Reforma Agrária, junto aos beneficiários e/ou organizações, entre as quais destacam-se:

- **participação na organização dos beneficiários e na formulação dos projetos de assentamento.**

- assistência às organizações de beneficiários, nos aspectos de gerência e informações sobre políticas agrícolas e setoriais que interferem no processo de Reforma Agrária, particularmente: **mecanismos de crédito e financiamento**, sistemas de comercialização, preços e mercados.

- **transferência de tecnologia** e melhoria dos padrões de alimentação, higiene e saneamento;

- informações sobre os serviços públicos passíveis de serem utilizados nos projetos de assentamento, nos campos da saúde, previdência, nutrição e educação. (I PNRA, 1985, p. 37, grifos nossos).

A EMBRATER fora colocada no centro do plano juntamente com o INCRA, cabendo um papel crucial na sua execução, inclusive nas áreas de assessoramento, organização, crédito e transferência de tecnologias adaptadas. Em contrapartida, a EMBRAPA somente seria lembrada uma vez em todo o documento, não sendo tomada como tão relevante para a execução do plano como a EMBRATER. Dessa forma, podemos inferir que o extensionismo seria visto não mais como uma política alternativa, mas como *parte integrante* na reforma agrária, algo inédito se comparado com sua origem.

Com efeito, verifica-se a reciprocidade dos movimentos sociais no campo, em especial o MST com a extensão rural, pois essa última passou a ser demandada pela organização. Com o crescimento das organizações em torno dessas invasões de terra foi criada, em 1984 na realização do I Encontro Nacional dos Sem Terra, o MST. O movimento passou a levantar a bandeira da reforma agrária, exigindo da suposta “Nova República” programas de apoio aos assentamentos (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 4)

No II Encontro Nacional dos Assentados, organizado pelo MST, dentre as reivindicações que foram propostas e entregue ao Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, estava: “*assistência técnica desde a fase de implantação em todos os assentamentos [...]*” (*Sem Terra*, maio de 1986, p. 12). Nesse mesmo ano, a EMBRATER organizou o I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural que contou a participação das principais lideranças femininas das organizações rurais de todo o país: “*O encontro durou quatro dias, debatendo outros temas importantes: dificuldades da mulher que decide participar dos movimentos [...] situação dos sem terras nos estados presentes e a nível nacional.*” (*Sem Terra*, nov./dez., 1986, p. 14)

Considerações finais

Gostaríamos apenas de ressaltar duas questões que tentei apresentar no decorrer do trabalho. A primeira é o caráter político da extensão rural. O extensionismo foi implantado mediante a cooperação e direcionamento das agremiações das classes dominantes agroindustriais que defendiam o aumento da produtividade sem alterar a estrutura fundiária desigual. O golpe de 1964 enterrou qualquer organização que defendia a bandeira da reforma agrária significou a vitória do extensionismo. Acompanhado da pesquisa e do crédito, a extensão rural tornou-se um dos pilares da

política agrícola dos governos militares auxiliando na *modernização conservadora* da agricultura na década de 70.

Em segundo lugar, veremos o retorno da mobilização dos trabalhadores rurais e pequenos produtores em torno da bandeira da reforma agrária engrossando as fileiras da crítica à ditadura e da defesa do retorno da democracia no país. Nesse contexto de redemocratização o posicionamento da extensão rural seria de apoio a reforma agrária direcionando sua ação para a tendência menos produtivista e mais humanista (Rodrigues, op. cit.). Bernardo Fernandes atesta que “*no final do governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.*” (Fernandes, op. cit., p. 59). Isso quer dizer que a reforma agrária mais uma vez foi vencida e a lei tornou-se mais representativa de uma efervescência histórica do que uma ruptura da realidade social no campo brasileiro e a extensão rural no Brasil entrou em um novo capítulo de sua história.

Fontes e Bibliografia

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). *Técnicas e Métodos de avaliação do Programa*. Rio de Janeiro: Abcar, 1962.

_____. *Plano de atividades, programação 1974*. Rio de Janeiro: Abcar, 1973.

BRUNO, Regina. “Liberalismo e Reforma Agrária: o Governo Castelo Branco” In: BRUNO, Regina. *Senhores da terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/EDUR 1995.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão Rural: polissemia e resistência*. Anais do IV Congresso da SOBER: Fortaleza, 2006.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise do poder e reforma agrária (1930-1964)”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Republicano*, vol. 10: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro; Bretand Brasil, 1986.

CARVALHO, Abdias Vilar de e BRUNO, Regina. “Processos Históricos: atores sociais no debate do I PNRA”. In: BRUNO, Regina (org.) *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985.

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). *Marco de Referência para o planejamento no SIBRATER*. Brasília: Embrater, 1976.

- _____. *Normas de Credenciamento de Empresas Privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. Deliberação nº 002, de 12 de janeiro de 1976. Brasília: Embrater, 1976.
- _____. *Normas de Credenciamento de Empresas Privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. Deliberação nº 036, de 27 de dezembro de 1978. Brasília: Embrater, 1979.
- _____. *Relatório de atividades 1975*, Brasília: Embrater, 1975.
- _____. *Relatório de atividades de 1976 e perspectiva 1977*. Brasília: Embrater, 1976.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.
- _____; MENDONÇA, Sonia Regina. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. I. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, vol II. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, vol III. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011b.
- Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, 1974-1989.
- Jornal *Sem Terra*, Santa Catarina, 1985-1986.
- LEITE, Sérgio e PALMEIRA, Moacir. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LESSA, Carlos. *A estratégia do desenvolvimento 1974-1976 sonho e fracasso*. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998.
- LOPES, Renato Simplício. *Evolução conceitual da extensão rural no Brasil*. Minas Gerais: ACAR-MG, s.d.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- _____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- _____. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010b.
- _____. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010c.
- _____. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- NETTO, José Paulo. *Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- STÉDILE, João (org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006

RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

Revista *Extensão Rural*, Brasília, EMBRATER, 1980-1989.

RIBEIRO, João Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/ CPP/EMATER-MG, 2000.

RODRIGUES, Ciro Mascarenhas. *Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil*. Tese, Brasília, 1994.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.